

Ata de Reunião			
Conselho Municipal de Patrimônio Cultural (COMPAC)			
Data: 12-05-2022			
Horário: 09h00min			
Local: Teatro Municipal Antônio Roberto de Almeida			
Pauta	1- Aprovação da Ata de 11 de abril de 2022; 2- Aprovação da 6ª medição das Obras do Museu Histórico Aurélio Dolabella; 3- Criação da Comissão para sugestão/ estudo das diretrizes de embasamento da decisão sobre a solicitação de demolição/ reconstrução de imóvel residencial, Inventariado pelo Município de Santa Luzia, em 2007, e pertencente à ADE do Centro Histórico. O imóvel está localizado à Rua Silva Jardim, 189-Centro; 4- Deliberação e aprovação do projeto de reforma na fachada do Clube Social Luziense, Rua Direita, nº335; 5- Aprovação do Projeto de Educação Patrimonial/ 2022		
Membros	Representação	Entidade	Presença
Jardel José Santana Corrêa	Presidente	Secretaria de Cultura e Turismo	sim
Marco Aurélio Carvalho Fonseca	Titular	Secretaria de Cultura e Turismo	sim
Juliana Cristina Facre	Suplente	Secretaria de Cultura e Turismo	não
Luciana Angélica de Sá Machado	Titular	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação	não
Bruno Dias Lana	Suplente	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação	sim
Wesley Pereira Soares	Titular	Ordem dos advogados do Brasil	não
Francisco Carlos da Silva	Suplente	Ordem dos advogados do Brasil	não
Diego Rodrigues dos Santos	Titular	Secretaria de Educação	sim
Péricles Junio da Conceição	Suplente	Secretaria de Educação	não
Ítalo José Leite Campanella	Titular	CREA	não
Joel Eustáquio da Silva Dias	Suplente	CREA	não

Paulo Henrique de Assis	Titular	Câmara Municipal	sim
Cristiano Mariano Matos	Suplente	Câmara Municipal	não
Neilson José da Silva	Titular	IFMG	sim
Reinaldo Trindade Proença	Suplente	IFMG	não
Adalberto Andrade Mateus	Titular	Associação Cultural e Comunitária de Santa Luzia	sim
Elizabete de Almeida Teixeira Tófani	Suplente	Associação Cultural e Comunitária de Santa Luzia	não
Aparecida dos Santos Carmo Evangelista	Titular	Associação Cultural das Mulheres Quilombolas de Pinhões	não
Maria Geralda Gonzaga Carvalho	Suplente	Associação Cultural das Mulheres Quilombolas de Pinhões	sim
Glaucon Durães da Silva Santos	Titular	Mitra Arquidiocesana	sim
-----	Suplente	Mitra Arquidiocesana	----
Celso de Aquino Pereira dos Santos	Titular	ONG Patrulheiros da Paz	não
José Elio Gonçalves dos Santos	Titular	Associação Comunitária Bairro Londrina	não
Maria Madalena Soares Neves	Titular	Instituto Comunitário Seara de Luz	não
Maria Aparecida Izabel	Titular	Ass. Com. Três Corações, Nova Conquista I e Adjacência -	não

*Handwritten signature*



da Fachada do Clube Luziense, por intermédio de uma solicitação do Ministério Público. Projeta uma apresentação em Power Point, apresentando imagens da edificação na época em que foi construída. Apresenta o projeto do Rapahel Hardy que demonstra sua fachada original, e informa que atualmente a fachada está bastante descaracterizada, sobretudo por intervenções no telhado. Expõe uma planta do Telhado da edificação e demonstra, através de imagens de seu projeto, como o espaço ficaria após as intervenções. O projeto prevê a colocação de uma grade que crie um espaço de comunicação entre a rua e o clube, a inclusão de um guarda corpo com características modernistas, a recuperação de um painel de madeira, a inserção de um jardim na frente e a mudança de uma das paredes, mantendo-se as características do projeto original. Adalberto Mateus justifica a abstenção na votação devido a sua participação junto ao Clube Luziense. Destaca que essas ações em torno das obras de revitalização aconteceram em função de um procedimento investigatório do Ministério Público por conta das ações indevidas de modificação que foram realizadas na fachada original do Clube. Esclarece que o Clube formou uma diretoria, já que há vários anos estava inativo e, devido à convocação do Ministério Público, iniciou-se um processo de mobilização junto aos antigos sócios e, em seguida, houve a assinatura de um Temo de Ajuste de Condutas, para viabilizar ações em prol da revitalização do Clube. Informa que foi pedida a prorrogação para cumprimento do TAC, devido aos atrasos de intervenção mediante os efeitos da pandemia. Esclarece, ainda, que outra medida que deve ser adotada pelo Clube se refere à reversão de porta e construção de escada de fuga, em caso de incêndio, para que receba o AVCB do Corpo de Bombeiros. Glaucon Durães cumprimenta a arquiteta pela apresentação e solicita que, no caso de tratamento do Teatro de Taquaraçu, seja despendida a mesma atenção, adotando-se o mesmo princípio de voltar com a identidade de um teatro de curral, não realizando uma obra de intervenção modernista. Moisés Melo, Guia de turismo, questiona sobre o uso futuro do espaço do Clube e se a restauração seria realizada com recursos da prefeitura. Marina Vaz responde que seria com recursos particulares e Sr. Moisés encerra seu questionamento. Marco Aurélio coloca a pauta para aprovação, sendo aprovado por sete votos favoráveis, contando apenas com a abstenção do conselheiro Adalberto Andrade Mateus. Marco Aurélio apresenta a quinta pauta, relativa à aprovação do Projeto de Educação Patrimonial que prevê a realização de palestras educativas e distribuição de cartilha informativa e copo ecológico para 1200 alunos da rede municipal de ensino. Marco Aurélio informa que o projeto prevê a aprovação do COMPAC para que os materiais possam ser adquiridos por meio do FUMPAC. Apresenta para os conselheiros três orçamentos para a confecção dos copos ecológicos, sendo o menos oneroso estimado em R\$ 9560,00 (Nove mil, quinhentos e sessenta reais). Em seguida, apresenta três orçamentos para a impressão das cartilhas, sendo o menos oneroso estimado em R\$2400 (Dois mil e quatrocentos reais). Glaucon pergunta se a Secretaria de Educação teria algum custeio com relação a esta atividade. Afirma que entende a importância da Educação Patrimonial, já reconhece que foi impactado por ações desta natureza quando era estudante da Escola Dona Quita. Contudo, preocupa-se com o uso do recurso para a compra de

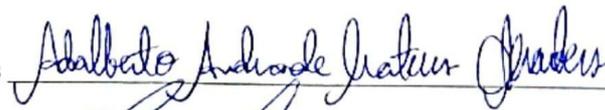
copos ecológicos já que a cidade carece de investimentos em outros setores. O Vereador Paulo Henrique concorda com a fala do Sr. Glaucon e fala sobre a importância de valorizar a história da cidade junto às escolas. Afirma que aprova o projeto, mas pede que os valores sejam analisados com cautela. Marco Aurélio pergunta se os conselheiros querem tirar essa pauta de votação, e esclarece que essa ação de educação patrimonial visa atingir os estudantes que virão até o Centro Histórico para participarem das atividades propostas. Glaucon pede que a pauta seja suspensa para que esses valores sejam revistos (buscando a redução dos gastos) e novamente apresentados. Marco solicita que a retirada de pauta seja votada pelos conselheiros, sendo que o Sr. Glaucon vota no adiamento desta pauta, e Sr. Adalberto abstem-se do voto. Bruno afirma que gostou da proposta da ação, mas solicita que seja apresentado o valor do FUMPAC, para que os conselheiros possam analisar o impacto do valor previsto para este projeto no montante total do Fundo. Marco Aurélio informa que não tem os valores exatos para apresentação na ocasião, mas que a estimativa é de aproximadamente um milhão de reais. Esclarece que o gasto do dinheiro nessas ações retorna ao município por meio do ICMS. Adalberto questiona sobre a arte do copo, perguntando se este cumpriria a função de Educação patrimonial. Marco Aurélio informa que seria um copo de plástico, contendo a ilustração em aquarela presente na cartilha que será entregue conjuntamente. João Luis, participante presente, questiona se há validade nesta ação, tendo em vista que os copos são produtos descartáveis. Sugere a realização de um concurso de redação, com premiação de mil reais para as melhores redações, pois acredita que este tipo de iniciativa poderia promover maior impacto social. Gustavo Mantini relembra que o FUMPAC não pode ser usado para premiação, sendo que este fundo somente pode ser empregado em patrimônio cultural. Marco Aurélio retira a votação de pauta. Em seguida, passa para a última pauta da reunião, informando que o conselheiro Glaucon solicitou, por e-mail, um momento de fala. Glaucon fala sobre o afro patrimônio luziense, defendendo que o patrimônio do povo negro também é um patrimônio que deve ser discutido, explicando que sua fala abordará, especificamente, o Cemitério dos Escravos e o Clube Social Icarai. Sobre o Cemitério dos Escravos, esclarece que possui tombamento municipal, sendo reconhecido como patrimônio de Santa Luzia, mas que tem sofrido inúmeros impactos. Expõe sua preocupação com relação à construção do Rodoanel, já que até mesmo a presença de maquinário pesado poderia impactar o muro do cemitério, já que ele é constituído de pedra lagartixa assentada de barro. Glaucon apresenta imagens que demonstram a situação de abandono e as ações de queimadas no entorno do Cemitério dos Escravos. Diz que teve informações dos moradores do entorno que disseram que a prefeitura envia uma equipe para fazer a manutenção do espaço e que essa equipe coloca fogo no entorno do cemitério. Fala sobre o desmatamento da região e a retirada de terra, que promove o escoamento de água para o cemitério, provocando o desmoronamento das pedras do muro. Informa que o promotor de justiça alertou sobre a necessidade de aumentar a área de tombamento, já que a área atual não é suficiente para a proteção do bem. Glaucon solicita à Secretaria de Cultura que trabalhe em prol

da expansão da área de tombamento do Cemitério dos Escravos. Em seguida, fala sobre o Clube Social Icarai, informando que, apesar de ser uma instituição privada, constitui patrimônio da cidade. Informa que o Clube foi formado por negros que não podiam frequentar o Clube Luziense, tendo sido construído no bairro São Geraldo, primeiro bairro negro urbano de Santa Luzia. Ressalta que desde o dia 31 de janeiro de 2022, quando sofreu os efeitos do acidente, o poder público não tem apresentando nenhuma proposta de intervenção. Reconhece que o Clube Social Icarai não é um patrimônio tombado, mas ressalta que deveria ser, tendo em vista as características do modernismo presentes na edificação. Ressalta que alguma providência precisa ser tomada, já que ainda permanece o trânsito de veículos pesados nas mediações do Centro Histórico, colocando o patrimônio em risco. Alexandre Carvalho informa que a legislação prevê procedimentos para verificar o valor sócio cultural e histórico dos bens. Sugere que sejam realizados estudos para identificar esse valor e a partir daí desenvolver ações protecionistas e acautelatórias. Acredita que esse tipo de procedimento deve ser formalizado, sendo necessário que os devidos processos legais sejam instaurados, para que haja o encaminhamento das ações. Afirma que o Conselho desenvolve um papel necessário e interessante, mas que falta perspectiva do devido processo legal, para que as pessoas possam entender o que está sendo, de fato, deliberado e construído. Enfatiza que procedimentalizar é de fulcral importância. Sobre o Clube Social Icarai, Alexandre diz que um possível inventário poderia proporcionar a tomada de providências com relação ao estado da edificação. Glaucon enfatiza que é necessário regulamentar a Lei 3978/2018, que institui a Política Municipal de Cultura da Cidade, já que vários dispositivos desta lei ainda não foram regulamentados, como por exemplo, a implementação do Departamento de Defesa do Patrimônio, que poderia realizar as pesquisas que são de suma importância para o desenvolvimento da Secretaria. Enfatiza a necessidade de ampliação do quadro da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, já que lhe foi informado que esta não dispõe de um quadro profissional capaz de fazer esses procedimentos, sendo necessária a regulamentação da referida Lei e uma possível reforma administrativa para a ampliação do quadro profissional da Secretaria Municipal de Cultura. Mikaela Moraes, historiadora da Secretaria em questão, informa que a equipe tem se empenhado para proteger a região do Cemitério dos Escravos, buscando determinar uma área de amortecimento que consiga resguardar o bem de impactos viários e de empreendimentos que possam surgir em decorrência dos avanços para o norte do município. Enfatiza que, em âmbito do Plano Diretor, ainda não foi apresentada uma proposta de mapeamento do território, mas que a equipe técnica da Secretaria de Cultura e Turismo tem discutido a possibilidade de propor um raio de cerca de 1km para a área de amortecimento em torno do Cemitério dos Escravos. Ressalta que a equipe tem se preocupado com a implementação dos mecanismos relacionados à regularização dos imóveis, bem como incentivo à fiscalização e incentivo fiscal, e que é necessário incrementar a equipe para que as tarefas e demandas possam ser devidamente cumpridas. João Luis, morador da área e participante da sociedade civil presente na reunião, informa que mora há mais de 30

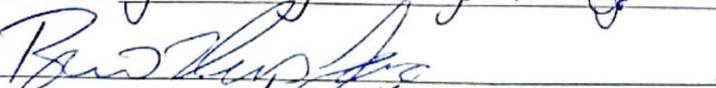
anos na proximidade do Cemitério dos Escravos, e que foi ele quem tirou as fotos apresentadas pelo Sr. Glaucon Durães. Diz que ao longo do tempo viu inúmeras vezes os incêndios e a falta de cuidado do poder público com a região. Ressalta que a ampliação da área de proteção é um erro, tendo em vista que seria apenas mais 1km de área para ser abandonada. Ressalta que o patrimônio não deve ser entendido como algo do passado, mas como algo que se liga ao futuro. Acredita que o Cemitério representa muito para os negros, sendo uma espécie de totem, capaz de despertar inúmeros sentimentos positivos nesta comunidade. Informa que sua intenção seria transformar o lugar em um pólo cultural e político. Diz que a mata do entorno do Cemitério possui uma característica particular, por apresentar o formato da letra "L", fazendo menção à palavra "Liberdade". Diz que, para ele, este é um fato simbólico, tendo em vista que a área corresponde a um espaço representativo para comunidades negras. Pede que o espaço seja usado para a implantação de equipamentos que valorizem a cultura do povo negro, como a instalação de bibliotecas, salas de estudos e pousadas. Mikaela informa que essas questões ainda estão sendo estudadas e que, até o momento, não foi delimitado o perímetro de proteção, mas que as diretrizes serão trazidas, em momento oportuno, para serem votadas pelo Conselho. Glaucon solicita que seja enviada uma equipe para restaurar o muro do Cemitério dos Escravos, e Marco Aurélio informa que notificará a arquiteta da Secretaria. Neilson afirma que a obra do Rodoanel está andando a passos largos e que está previsto significativo impacto ambiental em todo o estado de Minas Gerais, sendo Santa Luzia uma das cidades mais impactadas. Questiona o andamento das iniciativas de tombamento e pede para que seja dada celeridade a este processo como tentativa de garantir a preservação das áreas aonde o Rodoanel irá se instalar. Mikaela informa que as questões relativas ao Rodoanel estão sendo amplamente discutidas em âmbito do Plano Diretor, sendo proposta a construção de uma alça que passe embaixo do Cemitério dos Escravos, antes de chegar à parte adensada do município (para que haja uma faixa de amortecimento maior e reduza a intensidade do impacto sobre a região). Glaucon complementa dizendo que estes estudos são necessários para obrigar o governo do estado de Minas a atender as necessidades de proteção do patrimônio. Alexandre Carvalho informa que foi apresentado à Câmara Municipal o projeto de Lei Complementar 041 que modifica a legislação de ocupação e uso do solo. Questiona o impacto deste projeto com relação aos bens patrimoniais, e se este leva em consideração a região dos povos escravizados, como é o caso da região do Cemitério dos Escravos. Informa que há pelo menos dois grandes empreendimentos imobiliários nas mediações, um deles com a perspectiva de mais de quinhentos lotes de 360 m, enfatizando que esses fatores impactam o bem em questão. Alexandre pede que essas questões sejam colocadas em pauta para serem discutidas pelo Conselho. Mikaela informa que foi instaurado um Formulário de Avaliação de Impacto de Empreendimentos, sendo que logo será trazido para apreciação dos conselheiros. Bruno Lana informa que os loteamentos precisam ser obrigatoriamente aprovados pelo COMPAC, para que se entenda os impactos que os empreendimentos podem gerar nos bens patrimoniais. Informa que a delimitação do perímetro

de proteção do Cemitério dos Escravos existe, mas que parte desta área ainda é de propriedade particular. Enfatiza que ainda há muito trabalho a ser feito visando efetivar a proteção do bem. Ressalta que o zoneamento do município atualmente traça aquela área como sendo de expansão urbana e que, por isso, toda a área é passível de urbanização. Ressalta que a proposta de alteração da ocupação e uso de solo, atualmente na Câmara, não altera o zoneamento, sendo esta uma tarefa prevista para o Plano Diretor. Enfatiza que, com relação à proteção do bem, a importância reside em diminuir a área passível de urbanização naquela região. Alexandre fala que o receio surge pela falta de informações que são disponibilizadas e pede que sejam desenvolvidos trabalhos acautelatórios, enfatizando que seus questionamentos junto ao Conselho têm o intuito de buscar preservar o interesse comum. Paulo Henrique fala sobre a necessidade de organizar as questões que ficaram pendentes do último Plano, por exemplo, a ausência de pontos relativos ao Bom Destino. João pede que seja criado um Grupo de Trabalho para tratar especificamente dessas questões. Ressalta a importância de que os espaços recebam nomes que se relacionem diretamente ao Cemitério de Escravos, como forma de garantir a representatividade deste patrimônio. Alexandre ressalta a dificuldade das pessoas entenderem que é possível ter uma contrapartida financeira pela terra que não seja apenas sob a perspectiva da especulação imobiliária. Enfatiza que o fracionamento ocorre também de maneira irregular. Fala que é necessário pensar de maneira abrangente o "impacto" real sobre o bem, já que até mesmo a estrada é vista como rota alternativa quando há impeditivos na 381. Alexandre sugere a criação de uma Comissão para ajudar na execução dos trabalhos, para que as decisões não sejam tomadas tardiamente, após a instalação do Rodoanel. Ressalta que Santa Luzia será o município que sofrerá o maior impacto e que, mesmo assim não há grande movimentação para se discutir quais são os impactos deste empreendimento no município, sendo necessário que se tome medidas concretas para avançar nessa ideia de regulamentação do espaço urbano municipal. Marco Aurélio encerra a reunião agradecendo a participação dos presentes e convidando a todos para participarem do projeto "Cinema na Praça". Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lavrada por mim, Amanda Gomes, Assistente Administrativo da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Santa Luzia.

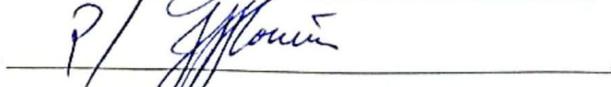
Adalberto Andrade Mateus



Bruno Dias Lana



Diego Rodrigues dos Santos



Glaucan Durães da Silva Santos



Jardel José Santana Corrêa



Paulo Henrique de Assis

Paulo Henrique de Assis

Neilson José da Silva

Neilson José da Silva

Marco Aurélio Carvalho Fonseca

Marco Aurélio Carvalho Fonseca

Maria Geralda Gonzaga Carvalho

Maria Geralda Gonzaga Carvalho

*slh*